

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

JORNALISMO INTERPRETATIVO

CURITIBA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ALINE BARONI

JORNALISMO INTERPRETATIVO

Trabalho de graduação apresentado à disciplina de TCC2 como requisito parcial à conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2008

Agradecimento

Aos meus dois maiores críticos e, ironicamente, às duas pessoas que mais acreditaram em mim: minha mãe, Marise, que é a base de todos os meus valores e meu exemplo de dedicação e comprometimento; e meu professor, orientador e amigo, Mário, que me incentivou a crescer pessoal e profissionalmente nesses dois últimos anos.

RESUMO

Com o advento dos meios de comunicação eletrônicos, como rádio, televisão e, mais recentemente, a internet, o jornalismo impresso precisa se adaptar. Ainda é comum encontrar em jornais e revistas jornalismo informativo, quando a tendência deveria ser o aprofundamento e análise. É aí que entra o jornalismo interpretativo, proposto por Luiz Beltrão na década de 60, e revisto neste trabalho. Tal gênero busca o contexto dos fatos e fenômenos em questão, não apenas o quente da notícia, de modo a oferecer ao leitor subsídios para sua interpretação. Trata dos antecedentes e previsões, e para isso baseia-se em pesquisa intensa a fontes documentais, pesquisas científicas, livros e entrevistas. O objetivo é oferecer um panorama completo do objeto analisado em detrimento do relato rápido dos meios eletrônicos.

Palavras-chave: jornalismo interpretativo; jornalismo impresso; Luiz Beltrão

ABSTRACT

With the creation of medias such as the radio, television and, recently, the internet, the press must get adapted. It is still common to find informative journalism on newspapers and magazines, when the trend should be deepening and analysis. That's the context where interpretative journalism is inserted, as proposed by Luiz Beltrão in the 60's, and reviewed in this work. That genre looks for the context of the facts and phenomena in question, not only the new, in order to offer subsidies for the lector's interpretation. It brings the antecedent and forecasts, and for that is based on intense research to documental fonts, scientific research, books and interviews. The objective is to offer a complete overview of the fact analysed instead of the quick story of the eletronic media.

Keywords: interpretative journalism; press; Luiz Beltrão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	O INÍCIO DO JORNALISMO INTERPRETATIVO NO BRASIL	7
2.1	O MOMENTO HISTÓRICO	7
2.2	AS TRANSFORMAÇÕES DO JORNALISMO	8
2.3	A EXPERIÊNCIA (LITERALMENTE) DO JB	11
2.4	REALIDADE EM PÁGINAS	13
3	DO JORNALISMO AO JORNALISMO INTERPRETATIVO	15
3.1	DEFININDO O JORNALISMO	15
3.2	O GÊNERO INTERPRETATIVO	19
3.3	TÉCNICA	22
3.4	O DELICADO LIMITE ENTRE INTERPRETAÇÃO, OPINIÃO E LITERATURA	25
4	AS EXPERIÊNCIAS ATUAIS EM JORNALISMO INTERPRETATIVO	28
4.1	MAIS!	28
4.1.1	O jornalismo interpretativo do Mais!	31
4.2	ROLLING STONE BRASIL	33
4.3	ALIÁS	35
4.3.1	O jornalismo do Aliás	36
5	PROPOSTA: REVISTA GAUCHE	37
5.1	FORMATOS E COMPOSIÇÃO	37
5.2	SEÇÕES	37
5.2.1	Editorial	37
5.2.2	Punctum	38
5.2.3	Laboratório	38
5.2.4	Sophós	38
5.2.5	Brasileirismos	38
5.2.6	Gauche	38
5.2.7	Aspas	39
5.2.8	Cult	39
5.2.9	Avant Garde	40
5.3	LINHA EDITORIAL E INFORMAÇÕES TÉCNICAS	40
5.3.1	Linha editorial	40
5.3.2	Público	41
5.3.3	Equipe	41
5.3.4	Rotinas produtivas	41
5.3.5	Aspectos gráficos	41
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1. INTRODUÇÃO

Em uma época em que a oferta de informação é pautada pela velocidade, qual a saída do jornalismo impresso? Publicações diárias, semanais, quinzenais ou mensais podem ter o mesmo tipo de conteúdo e usar os mesmos formatos e conceitos de veículos eletrônicos como o rádio, a televisão ou, ainda, como a internet, que podem divulgar informações na mesma velocidade que os fatos acontecem?

A resposta para essas indagações, obviamente, é não. E é isso que esse trabalho busca responder. A intenção é propor o jornalismo interpretativo, conceito criado por Luiz Beltrão ainda na década de 60, como uma das alternativas para diferenciação do jornalismo impresso. Os meios de comunicação mais recentes, criados a partir da década de 50, servem como incentivo para a reflexão. É necessário repensar o papel dos veículos impressos e as estratégias usadas por eles.

A proposta é que o jornalismo se adeque a seu meio. Se os meios eletrônicos oferecem a possibilidade de uma veiculação rápida e, para isso, estabelecem a necessidade de uma matéria mais crua e superficial, o jornalismo impresso (seja jornal ou revista) deve ter características opostas: veiculação mais lenta e, em compensação, mais aprofundada, qualificada, completa e analítica. Em termos gerais, isso é jornalismo interpretativo – uma vez que essas informações subsidiam a interpretação do leitor sobre um determinado fato ou fenômeno.

Entre outras características, esse jornalismo traz repórteres se colocando como pesquisadores, ambicionando uma totalidade do real. É alcançar o que Adelmo Genro Filho define como “particular”, ao invés de se deter no “singular”, ou seja, confeccionar uma matéria que ultrapassa a notícia e explica o contexto completo do fato.

Para isso, de acordo com Crowley, do Post Dispatch,

“é necessário interpretar as notícias já apresentadas, a fim de: 1) dar ao leitor antecedentes completos aos fatos que deram origem à notícia. 2) dar o alcance que tiveram os fatos e circunstâncias no momento em que ocorreram e explorar o que poderá resultar deles no futuro. Isto é interpretação. 3) analisar os fatos e situações descritas em (1) e (2)” (CROWLEY, in: BELTRÃO, 1980, p.45),

Como conclusão, esse estudo propõe a confecção de uma revista, a *gauche*. A publicação traz matérias de vários gêneros de jornalismo, sendo que o critério de realização de todas essas matérias é a profundidade e um caráter analítico. Apesar de não ser uma revista exclusivamente de jornalismo interpretativo, esse é o carro-chefe da publicação, o gênero das reportagens principais.

2. O INÍCIO DO JORNALISMO INTERPRETATIVO NO BRASIL

2.1. O MOMENTO HISTÓRICO

Os anos 1960 foram um marco no mundo todo: mudanças profundas nos âmbitos sociais, políticos e tecnológicos e uma efervescência cultural nunca antes percebida puderam ser notadas não apenas em seu país precursor, os Estados Unidos, mas globalmente – inclusive no Brasil. No âmbito mundial, protestos contra a discriminação racial; Martin Luther King lança mão de uma campanha não-violenta pelo fim da segregação racial e poucos anos depois é assassinado; os Estados Unidos rompem relações com Cuba; o Muro de Berlin é construído; a então União Soviética conquista o espaço sideral, colocando Iuri Gagarin em órbita e o trazendo de volta à Terra em segurança; John Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, é assassinado; estudantes pedem o fim da Guerra do Vietnã em manifestações pacíficas; Che Guevara viaja pela América Latina para combater o imperialismo; Mao Tse-Tung lança a Revolução Cultural na China, que expurga todos os opositores de dentro do Partido Comunista; a Primavera de Praga (abrandamento das medidas tomadas pelo Partido Comunista da então Tchecoslováquia) é comemorada; o homem pisa na Lua; começa o uso extensivo da pílula anticoncepcional e a revolução sexual; a mini-saia e o topless são criados; Felini, Godard, Antonioni e Buñuel filmam suas obras-primas, *A Doce Vida*, *O Acossado*, *Blow Up – Depois Daquele Beijo* e *A Bela da Tarde*, respectivamente; Bob Dylan cria canções *folk* de protesto e, do outro lado do Atlântico, Beatles e Rolling Stones começam suas carreiras e logo dão início à invasão britânica – e, mais tarde, os Beatles novamente ousam ao viajar (tanto no sentido lisérgico da palavra como) para a Índia, em busca de paz espiritual; Yves Saint Laurent abre seu ateliê e Givenchy marca presença assinando o figurino do filme *Bonequinha de Luxo*; Andy Warhol cria a *pop art*, retratando a sociedade de consumo norte-americana, e mexe com a vida cultural nova iorquina; Sartre ganha o Nobel de literatura, mas recusa o prêmio; Twiggy vira ícone de moda; os hippies ganham voz com a estréia do musical *Hair*, com o Festival Pop Internacional de Monterey e com o Woodstock (que contou com a presença de 500 mil pessoas).

No Brasil, as mudanças não são menores: a criação de Brasília; Jânio Quadros renuncia e seu vice, João Goulart, assume com restrições a seu poder – e mais tarde é deposto pelo golpe militar; são editados o AI-5 e do Ato Complementar nº 38, que formalizam os poderes absolutos do governo; o filme *O Pagador de Promessas* recebe a Palma de Ouro do Festival Internacional do Filme de Cannes; a Bossa Nova conquista Nova York com uma apresentação

que lota o Carnegie Hall; a Jovem Guarda é um sucesso entre os jovens do país; Caetano Veloso e Gilberto Gil são exilados na Inglaterra¹. Alzira Abreu (1996) ainda cita outras transformações no contexto cultural do país da década de 50 como indícios da expansão de idéias e do “*boom* intelectual”: o cinema novo, como refletor dos problemas sociais e políticos; o teatro com temática social e uma nova geração de atores e diretores; a poesia engajada como um legado da geração de 45; a literatura que passou a ser mais introspectiva (análise psicológica) ou investir em um romance regional sofisticado; e a expansão de grupos de estudos e pesquisa em antropologia, sociologia, educação, etc.

Para esta análise, todas essas transformações são importantes. Algumas mais diretamente do que outras, todas são sintomas de um mundo em transformação e dão pistas para um jornalismo que busca não apenas acompanhar, mas passa também a tentar entendê-las. Também evidenciam os primeiros passos de uma indústria cultural, pelo menos no Brasil.

Além disso, uma mudança não indicada anteriormente é especialmente importante para entendermos as transições pelas quais passou o jornalismo: é nos anos 60 que começam as transmissões televisivas em cores e que se consolidam as transmissões radiofônicas. Em 1951 é criada a TV Tupi. Já em 1962, os norte-americanos chegam a assistir, pela primeira vez, imagens ao vivo da Europa, com transmissão por satélite. A televisão passa a ser considerada um meio de comunicação de massa e, no Brasil, em 1965, a Rede Globo é criada.

Mas, ao contrário do que pode parecer até o momento, o aparecimento dos meios eletrônicos será usado aqui para analisar seu impacto no jornalismo impresso, as mudanças que esse sofreu em seu processo de adaptação.

2.2. AS TRANSFORMAÇÕES DO JORNALISMO

Em suma, o jornalismo, desde sua criação, passou por três fases principais, segundo Habermas² (1984 apud LATTMAN-WELTMAN, 1996, p.158-159): a) a pré-capitalista, b) o jornalismo literário e c) o jornalismo empresarial. A primeira é marcada por uma atividade de imprensa derivada de um sistema de correspondência privado e limitada à coleta de informações. A segunda tinha como principal objetivo a propagação de idéias, opiniões e personalidades – e é resultado da ascensão da burguesia e da sua concepção de espaço público. A terceira surge a partir do avanço de técnicas de impressão (rotativas) e de transmissão (telégrafo)

¹ Com informações da Folha de São Paulo: http://almanaque.folha.uol.com.br/cronologia_60.htm

² Habermas fala sobre a realidade européia, portanto sua classificação não é apropriada para descrever a história do jornalismo brasileiro.

e é caracterizada pela especialização e profissionalização da atividade redacional. No Brasil, essas transformações são identificadas por Weltman como: a) os primeiros anos da imprensa, desde sua criação com a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1922), caracterizados por pequenos serviços informativos; b) o surgimento das primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas, quando da implantação das primeiras tipografias – sendo que o marco desse período é o Correio Braziliense (1808-1822); e c) a constituição de empresas jornalísticas e o acirramento da concorrência entre elas³.

É nessa última época que a objetividade jornalística surge como “critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico” (WELTMAN, 1996, p.163); o *lead* e a pirâmide invertida ganham espaço em detrimento do texto rebuscado, literário. O jornalismo passa a seguir o modelo norte-americano, em que predominava a informação e a notícia e se separava o comentário pessoal da transmissão objetiva da informação (ABREU, 1996). Surge o jornalismo informativo.

Em sua análise, Ribeiro (2007) prefere apontar anos como referência. Ela analisa quatro datas principais. Segundo ela, em 1821 o jornalismo se desenvolve no Rio de Janeiro com o fim da censura prévia. Trata-se de um jornalismo ideológico, militante e panfletário, que tem como objetivo tomar posições e mobilizar com uma linguagem virulenta, agressiva, marcada por paixões e debates. Já no final do século XIX os simples jornais são substituídos por empresas de estrutura complexa e equipamentos gráficos sofisticados. O jornalismo é marcado pela adoção de práticas editoriais estrangeiras e passa a ser tratado como empreendimento mercantil, ainda que bastante frágil. Para ela, uma nova fase é inaugurada no final dos anos 30, com os Diários Associados, o maior conglomerado jornalístico da América Latina de então (incluindo agência de notícias, rádios, jornais e revistas). Nessa época a maioria dos diários ainda era um instrumento político, os jornais ainda precisavam de verba oficial ou apoio privado para sua manutenção (apenas a publicidade ainda não era suficiente); progressivamente foram se tornando mais informativos e sutis em seus posicionamentos político-ideológicos, sendo que vários já adotavam valores como imparcialidade, objetividade e independência como forma de legitimação da publicação. Os anos 50 são o foco de sua análise: é nesse período que os ideais de objetividade, neutralidade e imparcialidade se afirmam no i-

³ É claro que essa linearidade e homogeneidade proposta por Habermas e adotada por Weltman pode e deve ser contestada. Apesar de um “tipo” de jornalismo ser predominante em determinada fase, isso não significa a supressão dos outros. O surgimento do jornalismo literário nos anos 60 não extinguiu o jornalismo informativo, por exemplo. Os dois coexistem até hoje. O leitor deve entender expressões como “se transformou em”, usadas nesse trabalho, como um esforço de esquematização – e não leva-las ao pé da letra. Além disso, também é possível questionar a colocação de Weltman sobre a existência de uma imprensa rudimentar no Brasil, visto que desde o início as atividades jornalísticas eram fomentadas pela corte.

maginário e na deontologia do jornalismo – que passa de político e literário para informativo, em que se separa (tanto editorial como graficamente) a opinião. A autora cita alguns elementos da rotina de um jornalista que comprovam a busca por esses valores: a adoção de técnicas como o *lead* (em detrimento do nariz de cera) e a pirâmide invertida (como forma de se atingir a mesma rapidez que uma mensagem telegráfica), a criação de manuais de redação, a criação do cargo de *copy desk*, etc.

Em suma, o jornalismo informativo então recém criado (ou melhor, recém adotado) é o que prevê, utopicamente, a teoria do espelho: refletir a realidade de forma objetiva e imparcial, uma vez que o jornalismo é visto como um agente que tem como missão informar e procurar a verdade.

Breguez (2008) dá continuidade a essa linha proposta: ele retoma a idéia de que o jornalismo literário do início da atividade jornalística (aquele jornalismo engajado que disputa a opinião pública) se transforma, no capitalismo, em jornalismo informativo (o jornalismo profissional baseado em critérios de atualidade, periodicidade e factualidade). No entanto, Breguez acrescenta que, nos anos 60, o *new journalism* propõe uma reformulação daquele jornalismo literário inicial: incorporação de recursos literários, subjetividade autoral como forma de apreensão da realidade e, principalmente, admite esse relato da realidade como uma interpretação. E mais: o *new journalism* questiona o método tradicional de reportagem.

“O ‘novo jornalismo’ recorreu às formas literárias para obter um reforço da reportagem, para dizer algo que não estava sendo dito pelas formas usuais do jornalismo e que, por tais formas, seria quase impossível dizê-lo. O particular estético – ou o típico – permitia, então, a percepção de certos aspectos que o simples relato jornalístico cristalizado na singularidade não comportava (...). A conquista do típico pela reportagem literária conduz o espectador a vivenciar os personagens e as situações como se fosse partícipe do acontecimento” (GENRO FILHO, 1987, p.200)

Ou seja: em contraposição a esse jornalismo objetivo, que tende a ser dominante no rádio e na televisão por esses veículos trabalharem com um tempo diferente, surge um movimento de vanguarda do jornalismo escrito, que inclui tanto o *new journalism* como o jornalismo interpretativo. Em suma, existia um movimento predominante, o do jornalismo informativo, e nos anos 60 outros movimentos (e outros tipos de jornalismo) surgiram para questionar os valores estabelecidos pelo jornalismo então vigente – incluindo aí o interpretativo, que contesta a superficialidade causada pela velocidade e objetividade do jornalismo informativo. Se o jornalismo impresso não pode competir em velocidade com os novos meios eletrônicos, ele criou mecanismos de diferenciação: entre eles, a profundidade e a contextualização.

2.3. A EXPERIÊNCIA (LITERALMENTE) DO JB

É nesse contexto e com esse objetivo que surge a primeira experiência em jornalismo interpretativo no Brasil, o Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil, criado por Alberto Dines, então editor-chefe do veículo, em 1964⁴.

Tomando como base o Departamento de Pesquisa do New York Times, Dines formulou o Departamento de Documentação para ser “uma biblioteca eclética, diversificada; depois, um acervo de informações atuais, factuais, com a assinatura dos principais jornais do país. Para ampliar a divulgação de assuntos internacionais, ampliou assinaturas de periódicos e revistas internacionais” (DIRCEU apud NAVA, 2008, p.4-5). O objetivo principal do Departamento, que mais tarde se transformou em uma editoria independente, era “auxiliar a redação, fornecendo, na consulta de suas pastas, antecedentes históricos, mapas, biografias” (NAVA, 2008, p.5), ou seja, era ser um órgão de apoio – apoio esse que fez com que os textos fornecessem ao leitor o *background* dos fatos noticiados. De acordo com Medina (1973, p.69), as primeiras matérias complementadas pelo DPD traziam apenas os antecedentes históricos, ou seja, eram uma versão mais arcaica do jornalismo interpretativo que ainda seria realizado pelo jornal. Apenas mais tarde “os textos acrescentavam novas informações às notícias apuradas pela reportagem geral; criavam um contexto para essas notícias, de maneira a fornecer ao leitor uma interpretação do que estava acontecendo” (NAVA, 2008, p.8).

Sobre isso, Marra (1967, p.05) define o Departamento como, inicialmente, um fornecedor de “dados complementares no trabalho dos redatores e repórteres”. Mas, segundo ele, em seguida esse objetivo foi desvirtuado para que o DPD passasse a criar suas próprias matérias: “começa a ser transmissora de informações com características de periodicidade, de atualidade, de recepção coletiva (jornalismo) e recuperadora de informação, participando da organização do acesso à informação (documentação)” (MARRA, 1967, p.05).

A primeira grande oportunidade que o Departamento teve de mostrar seu trabalho foi com o caderno especial sobre a morte do Papa João XXIII, que circulou no dia 3 de junho de 1963. “A edição narrava em suas páginas um levantamento completo da vida do pontífice, até os últimos momentos. Dines orientava os editores para a elaboração da matéria contextualizada, contendo o máximo de informações possíveis” (LE MOS apud NAVA, 2008, p.5). Mais tarde, no mesmo ano, um levantamento biográfico sobre a vida de Castello Branco (então re-

⁴ Oficialmente, o DPD foi criado apenas em 13 de março de 1964, com sua estrutura já completamente organizada; mas o Departamento já funcionava antes dessa data, a partir de 1963.

cém indicado para a presidência do país) foi publicado com exclusividade nas páginas do jornal, resultado de um verdadeiro trabalho de investigação.

Mas o primeiro trabalho independente do DPD foi o *Caderno de Resumo de 1964*, uma retrospectiva histórica publicada em dezembro do mesmo ano. E, em 1965, o DPD – que já contava com o *status* de editoria e participava das reuniões de pauta e de editorialistas – conquistava autonomia com a produção dos Cadernos Especiais, que circulavam todos os domingos. A esse caderno seguiram outros, como a retrospectiva sobre as chuvas de janeiro de 1965 – o DPD levantou, com exclusividade, quem eram as mais violentas desde 1883 –, sobre os Beatles e, em 1957, o *50 Anos Vermelhos*, sobre os 50 anos da Revolução Bolchevique – caderno esse que quase resultou no fechamento do jornal pela pressão dos militares e da Igreja –, sobre o homem na Lua, pioneiro ao tomar rumos mais literários, e sobre o conflito no Vietnã. É da autoria do DPD também a previsão meteorológica de quando entrou em vigor o AI-5 e a matéria que seria veiculada foi censurada: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx: 38°, em Brasília. Min: 5°, nas Laranjeiras⁵” (NAVA, 2008, p.14).

Segundo Nava (2008, p.12), a orientação de Dines à pesquisa era seguida à risca: fugir da notícia que se poderia imaginar que o rádio e a TV já teriam dado, ou as agências dariam. O objetivo era não só suplantar os meios eletrônicos, como buscar todas as vertentes. Mais para o final da década, o DPD passa a produzir *features*⁶ e, a partir disso, surgiu, em 1972 uma *newsletter* (primeiramente denominada *Tendências* e, mais tarde, *Essências*) para divulgação de idéias “no campo da filosofia, ciência, política, estratégia, arte e cultura (...); um resumo do que havia de melhor na arte, filosofia, política, livros e cultura” (NAVA, 2008, p.15).

Pode-se dizer, então, que o jornalismo interpretativo no Brasil surgiu nas páginas de um jornal e apenas mais tarde influenciou também a produção em revista. Outro fato que é importante notar é que a palavra chave para se produzir um jornalismo interpretativo é contextualização e que os temas abordados na época por veículos que se propunham a realizar esse tipo de jornalismo eram os mais diversos possíveis, passando inclusive por áreas de conhecimento científico.

⁵ Referências ao Ato Complementar nº 38, que colocou o Congresso Nacional em recesso e ao AI-5 no Palácio Presidencial em Laranjeiras, respectivamente.

⁶ Segundo o manual de redação da Folha de São Paulo, *feature* é um gênero que “apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano” (p.71)

2.4. REALIDADE EM PÁGINAS

A outra experiência que deve ser citada quando se fala em jornalismo interpretativo no Brasil é a da revista *Realidade*. Criada em 1966 por Murilo Felisberto (até então editor do DPD e auxiliar do editor-chefe do JB) e Paulo Patarra, foi editada por dez anos pela Abril. Ela surge em um contexto de desenvolvimento acelerado da sociedade urbano-industrial brasileira diante um sistema politicamente autoritário, mas que, apesar disso, é marcado por uma forte participação intelectual e relações estreitas entre jornalistas, movimentos de contestação à ordem autoritária e a indústria cultural (FARO, 1999, p.13). *Realidade* se firma nessa época como “fonte de disseminação de novos padrões culturais”: “partilhou com seu público os significados de uma época; permitiu que a informação ganhasse uma perspectiva abrangente e se tornasse, ela própria, uma categoria de análise do cotidiano” (FARO, 1999, p.13-14).

Faro fundamenta a existência de revistas como a *Realidade* por meio da contraposição de dois tipos de jornalismo que ele identifica nos anos 60: o primeiro herda e reproduz componentes ideologicamente hegemônicos da produção cultural – ou seja, é o jornalismo formal, profissional, marcado por técnicas que procuram a objetividade e a imparcialidade (como já mencionado no início desse capítulo); o segundo possui uma marca engajada – e se revela em duas tendências principais: nos anos 70, quando a imprensa alternativa realiza um jornalismo investigativo então inviabilizado nos grandes jornais por causa da censura, e uma outra produção jornalística, que “deu à reportagem ‘dimensão reveladora’” por sua marca realista, indo além dos padrões de objetividade informativa. É nessa segunda esfera de produção que se destaca a *Realidade* (FARO, 1999, p.19).

Ele aponta características da revista (em seu período áureo, entre 1966 e 1968) que justificam esse destaque: **os fatos jornalísticos ganham dimensão sociológica**; a revista disputava em um mercado que primava pela superficialidade; correspondia à mobilização política, à cultura universitária, à oposição de um Estado autoritário; representava um conjunto de manifestações sociais que resultaram em uma posição investigadora e denunciadora – inclusive em relação às mazelas sociais do país poucos anos depois da instituição da ditadura; rejeição da idéia de suposta objetividade jornalística; e inquietação cultural (FARO, 1999, p.19-20). *Realidade* aposta na grande reportagem e em temáticas inovadoras que refletem as mudanças culturais no decorrer do tempo (FARO, 1999, p.31). Em suma, por se tratar de uma publicação mensal, há tempo para de estender nos temas pautados e possibilidade de predomínio da grande reportagem de caráter vertical – como Faro define: **os repórteres se colocando como pesquisadores que ambicionam a totalidade do real e a integração de partes**

aparentemente desconexas do fato, além do rompimento com a narrativa convencional e introdução de elementos que marcam verossimilhança e sentido ficcional⁷ (FARO, 1999, p.66).

Com a edição do AI-5, em 1968, segundo Faro, *Realidade* deixa de refletir as tendências citadas. Nava também define caminho semelhante (ao falar principalmente do DPD do Jornal do Brasil): aponta para a falta de liberdade de expressão e pressões políticas, militares, econômicas e religiosas como fatores fundamentais para o fim do jornalismo interpretativo brasileiro (NAVA, 2008, p.17).

Dines (1974) aponta o Jornal da Tarde e a Revista Veja como perpetuadoras desse estilo.

⁷ “Os textos eram assinados e apresentavam qualidade literária, como na revista *Realidade*. Inspirados na Escola Realista, os autores reproduziam fielmente o contexto dos fatos” (CAMPOS, sd)

3. DO JORNALISMO AO JORNALISMO INTERPRETATIVO

Antes que continuemos expondo experiências em jornalismo interpretativo no Brasil, faz-se necessária uma reflexão sobre a atividade em si e sobre como o jornalismo interpretativo se insere nas práticas jornalísticas. Ou seja: **o que faz do jornalismo interpretativo jornalismo?**

3.1. DEFININDO O JORNALISMO

A definição do que é jornalismo talvez seja uma tarefa mais complexa do que descobrir quando sua vertente interpretativa surgiu (essa cumprida no capítulo anterior), mesmo com uma quantidade infinitamente maior de bibliografia. Para compreender o que é o jornalismo, passo inicial para inserirmos o interpretativo nesse contexto, usarei o “método” apontado por Karam:

“As respostas éticas e morais [aos questionamentos contemporâneos do jornalismo a respeito da feitura diária da informação e sua consecução no gesto técnico competente] estão intimamente relacionadas, portanto, à concepção do que é afinal o jornalismo e a que veio ao mundo. Mas, para responder a isso, não é possível apenas nos rendermos às evidências da prática em seus limites atuais, incluindo os morais e éticos” (KARAM, 1997, p.44)

Portanto, não faz sentido relacionar a essência do jornalismo a uma definição que se aproxime do *newsmaking*, que exponha apenas como se faz o jornalismo em determinado momento histórico. É necessária, para esse estudo, uma definição menos pontual do jornalismo: é necessário um conceito mais universal. Entendo o jornalismo, aqui, como uma forma de conhecimento e de apreensão da realidade, baseando-me em Meditsch (1997) e, consequentemente, em Bakhtin, para quem “todo o enunciado que se refere à realidade, ao refleti-la de certa maneira, também necessariamente a refrata de certa maneira” (BAKHTIN, 1929 apud MEDITSCH, 1997, p.4).

A definição de Meditsch (1997) tem como novidade a desmistificação da ciência como única forma válida de apreensão da realidade, na medida em que afirma que o jornalismo “não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1997, p.3). Entre as vantagens do jornalismo, ele aponta a velocidade e a possibilidade de lidar com o singular a partir de um recorte da realidade.

O entendimento do jornalismo como forma de conhecimento da realidade leva à definição da atividade também a partir de uma deontologia: afinal, como deve se dar essa apreensão com o jornalismo?

Antes de qualquer coisa, cabe analisar a palavra deontologia epistemologicamente. *Deontos* significa dever; *logia* é estudo. Transpondo essa discussão para o jornalismo, Villanueva afirma que a ética⁸ da informação se encontra diretamente vinculada ao perfil moral do jornalista, a partir do momento que há um questionamento a respeito de “como quer viver, como vê a si mesmo, quais os valores morais que aplica no momento de escrever e difundir a informação e que relação deve existir entre o público e seu jornalismo” (VILLANUEVA, 2002, p.9, tradução minha). Segundo ele, a deontologia pode ser entendida como:

“o conjunto de princípios éticos assumidos voluntariamente por quem professa o jornalismo, por razões de integridade, de profissionalismo e de responsabilidade social. A deontologia jornalística implica para o jornalista um compromisso de identidade com o papel que joga na vida social, uma percepção ampla do valor que tem a informação como ingrediente de primeira importância para traduzir em acontecimentos concretos a idéia de democracia” (VILLANUEVA, 2002, p.10, tradução minha)

Ou, em outras palavras, é “um controle interior que o indivíduo exerce sobre si mesmo” (BARNES apud VILLANUEVA, 2002, p.9, tradução minha); “e seu fim é o dever em relação a si mesmo e com os demais” (VILLANUEVA, 2002, p.9, tradução minha). Fazem muito sentido, portanto, alguns hábitos jornalísticos que se fundam no Código Internacional de Ética Jornalística da Unesco (VILLANUEVA, 2002, p.23).

Entre os mais significativos estão:

1. os que versam sobre o jornalismo como atividade que deve responder aos anseios e direitos do povo a informação verídica, fornecendo uma “imagem objetiva da realidade por meio de uma **informação precisa e completa**”; o jornalista deve, segundo o Código, aderir à realidade objetiva através de “informação verídica e autêntica”, “**situando os conscientemente os acontecimentos em seu contexto adequado, manifestando suas relações essenciais**”, permitindo ao público formar uma **imagem precisa e coerente do mundo**; [grifos meus]
2. o que trata da responsabilidade social do jornalista, na medida em que entende a “informação como bem social, não como simples produto”. Nesse sentido, cabe citar Luiz Beltrão (1992) quando ele afirma que cabe ao jornalista informar de acordo com o interesse público com a finalidade de promover o bem comum. Para Ka-

⁸ Ética que, no contexto específico desse trabalho, deve ser entendida como a ética de determinado profissional, ou seja, a deontologia, apesar de ambos os conceitos terem grandes diferenças em sua discussão filosófica.

ram (1997), os acontecimentos, na medida em que afetam pessoas e pessoas interessam, necessitam de uma mediação imediata e global. “Esta apropriação [*do mundo*] (...) também está relacionada ao compromisso ético do jornalista no sentido de permitir às pessoas participarem do mundo, escolherem e o influenciarem também a partir das informações” (KARAM, 1997, p.42);

3. e as que tratam do respeito à vida privada e à dignidade do homem, ao interesse público (da comunidade nacional, de suas instituições democráticas e da moral pública) e ao respeito aos valores universais e à diversidade das culturas. Nesse último, a Unesco entende que o jornalista deve “participar ativamente das transformações sociais orientadas para uma melhora democrática da sociedade” e que deve defender os valores universais do humanismo.

Destaca-se, para tanto, a pesquisa de campo e o compromisso moral do jornalista de fornecer informação credível e de forma independente. Também são cumprimentos às ‘determinações’ da Unesco o relato dos fatos com exatidão e síntese, a comprovação e verificação dos fatos, a busca por todos os lados envolvidos no fato e a checagem de forma geral. Ou seja, **jornalismo é a busca pela informação verídica.**

Nesse sentido, Meditsch (1997) propõe uma questão interessante: a diferença entre a busca pela verdade e pelo verdadeiro. Segundo ele, o jornalismo retrata o verdadeiro por meio de um recorte da realidade, enquanto é impossível a qualquer forma de conhecimento o esgotamento do real, ou seja, atingir a verdade. Para Gomes (2000, p.66 in: SANTOS, 2005, p.7), a busca do verdadeiro se dá pela verificabilidade, efetividade ou consenso.

“Falar de “a verdade”, enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo o sentido. Mais apropriado será se falar no adjetivo, no enunciado “verdadeiro”. E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira” (MEDITSCH, 1997, p.4)

O conceito do verdadeiro faz ainda mais sentido quando aproximamo-no do que Adelmo Genro Filho (1987) define como a singularidade – o retratar a imediaticidade empírica. “O singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais” (GENRO FILHO, 1987, p.164). Deolindo explica que o

“singular é um ‘fenômeno único e irrepetível’ que o jornalismo apreende no sentido de reconstituir a imediaticidade da realidade objetiva. O particular seria, nesse caso, o contexto do qual o singular emerge, e o universal, o horizonte mais amplo do conteúdo, a totalidade que engloba todas as demais categorias” (DEOLINDO, 2007)

Segundo Genro Filho, através da reportagem, o discurso jornalístico pode ultrapassar a singularidade e ganhar um caráter de particularidade, ou, em outras palavras, se tornar capaz de **ir além do imediato e empírico em busca de uma compreensão mais contextualizada** (SANTOS, 2005, p.8)

Essa singularidade é um dos fatores que retira do jornalismo qualquer pretensão científica e faz com que ele seja entendido como uma forma diferente de apreender a realidade. O imediato nos leva a outra característica do jornalismo: a escolha de **temas atuais ou contemporâneos**. Genro Filho considera que a tradicional linguagem jornalística é demandada pela sociedade capitalista, concretizada no **trinômio atualidade, periodicidade e factualidade** (GENRO FILHO, 1987).

Chaparro define o jornalismo como “um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções”, sendo cada jornalista o responsável moral pelos seus afazeres, ou seja, investigar, receber e difundir informações e opiniões (CHAPARRO, 1993, p.33). Ele compila também a definição de José Marques de Melo, para quem

“jornalismo é um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais)” (MARQUES DE MELO in: CHAPARRO, 1993, p.135)

Chaparro acrescenta a isso o jornalismo como destinado ao relato verdadeiro e à explicação dos fatos de relevância social.

Karam entende o jornalismo como uma “forma pela qual cotidiana e potencialmente – ressaltamos – é possível o **acesso imediato ao todo – plural e diverso – que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente**” (KARAM, 1997, p.16). Definição semelhante apresenta Beltrão:

“jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO, 1992, p.5)

Já para Bahia (1971), jornalismo é a “cobertura dos acontecimentos e fatos que interessam à coletividade, sob o critério da veracidade, objetividade, clareza, impessoalidade e independência”.

Parecem definições bastante sensatas e úteis para o que pretendo nesse capítulo: encaixar o jornalismo interpretativo dentro do jornalismo, relacionando as características homologas aos dois.

Por hora, é importante ter claro o conceito de jornalismo que procurei estabelecer nesse capítulo. Ideal e potencialmente, é uma forma de captar a realidade (que cria direcionamentos para essa compreensão) sob forma de uma atividade marcada pela velocidade com que lida com o singular, ou seja, por retratar a imediaticidade empírica. Isso se dá por meio de um recorte da realidade feito de maneira mais prática, realista e direta do que o científico, por exemplo. A essência do jornalismo é a busca pela informação – sendo que essa informação necessariamente tem que ser verídica, precisa, completa, credível e obtida de forma independente. Ainda, é uma atividade que informa de acordo com o interesse público (relevância social) para promover o bem comum, de forma a criar uma imagem precisa e coerente do mundo. Para tal, investiga e cumpre requisitos morais básicos como checagem de informação e busca o contradito por trás de uma notícia.

3.2. O GÊNERO INTERPRETATIVO

A interpretação em si, desconsiderando-a inicialmente como forma jornalística, pode ser tida como o preenchimento do hiato existente entre a realidade objetiva e sua representação subjetiva. Nietzsche, Marx e Freud exploram, cada um à sua maneira, o conceito de interpretação. Para Nietzsche, interpretação é a “determinação do sentido por meio de exames das forças que atuam no fenômeno”; Marx apresenta o interpretar como o decifrar a essência encoberta pela aparência; para Freud, trata-se da ressignificação dos signos (MEDINA, 2003, p.125).

O conceito adotado aqui estabelece uma relação ambígua com o proposto por Marx – em alguns momentos concorda e, em outros, é oposto a ele. Para esta análise, interpretação é o exame de uma situação. Para isso, é necessário expor os dados mais importantes, a relação e o encadeamento entre eles e as teorias acerca do fato estudado e compreendendo o fio condutor do objeto analisado no recorte. Parece-me presunçosa a idéia de alcançar efetivamente a essência dos fatos, a verdade absoluta – já foi apontada anteriormente a possibilidade de se atingir uma versão verdadeira, mas atingir a verdade é um objetivo positivista e utópico, mesmo porque é de se questionar a existência de uma única verdade possível e, mais, de apenas uma interpretação verdadeira (inclusive é paradoxal que Marx tenha proposto atingir a essência dos fatos, o que, teoricamente, é positivista como a teoria que ele tentou combater).

Esse conceito não desconsidera a parcela subjetiva que cabe à interpretação – pelo contrário, considera que, além de impossível a sua isenção, é indispensável e enriquecedor que o sujeito insira seu *background* de conhecimentos e conceitos na interpretação realizada.

Não há interpretação sem sujeito; e não há sujeito sem seu conhecimento. A interpretação não é totalmente objetiva e o interpretador deve saber que não encontrará a *verdade*, o que não torna a interpretação menos *verdadeira*.

Os gêneros jornalísticos são padrões de textos, resultados de uma demanda social e criados devido às novas tecnologias, baseados em um modelo de estilo e discurso. Para Bertocchi, os "gêneros nascem, transformam-se, mesclam-se com outras, originam subgêneros e, eventualmente, morrem", e não existem em estado puro, estão sempre em contato com outros, e se influenciam mutuamente (BERTOCCHI, sd, p.1291).

Ela lista os gêneros destacados pelos principais estudos do assunto:

"a) Gêneros informativos (para Albertos, Ladevéze, Gomis, van Dijk; chamados de "espécies narrativas" em Chaparro): notícias, reportagem, entrevista; b) Gêneros interpretativos (denominados assim ou como "gêneros para a interpretação" em Albertos, mas também "evaluativos" para Ladevéze e van Dijk): análise, perfil, enquête, cronologia; c) Gêneros argumentativos (chamados desta maneira em Ladevéze; de "espécies argumentativas" em Chaparro; de "gêneros para o comentário e opinião" em Albertos, Gomis e Santamaria; e "evaluativos" em van Dijk): editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, crônica, cartas; e d) Gêneros instrumentais (chamados de "práticos" em van Dijk; de "espécies práticas" em Chaparro; e de "utilitário" para Marques de Melo): indicadores, cotações, roteiros, obituários, previsão do tempo, agendamentos, cartaconsulta. Chaparro também engloba em sua classificação a "caricatura" e a "charge" como espécies "gráficoartísticas", dentro do gênero "comentário". E ressalva que a "coluna" é uma espécie híbrida que pode tanto entrar no gênero argumentativo como narrativo. Marques de Melo prevê o gênero "diversional" para espécies que trazem histórias de interesse humano. Vale reiterar que a "reportagem", a "crônica" e a "entrevista", dependendo do autor, ora figuram entre os gêneros informativos, ora entre os argumentativos (Albertos, 1992:281; Casasús, 1991:98; Chaparro, 1999:100; Melo, 1998)" (BERTOCCHI, sd, p.1293)

José Marques de Melo (2003 in: COSTA, 2007, p.8-9), ao reconhecer a existência do gênero interpretativo (antes disso ele propunha sua exclusão por entendê-lo como uma oscilação entre o gênero opinativo⁹ e informativo e por não possuir uma configuração estrutural própria) escreve que tal gênero inicialmente era representado por uma reportagem desenvolvida com propósitos analíticos e documentais "para situar o cidadão diante o acontecimento". Na década de 90, era um "modo de aprofundar a informação com o fim de relacionar a atualidade a seu contexto temporal e espacial, interpretando o sentido dos acontecimentos".

Luiz Beltrão (1980, p.41-42) identifica o surgimento do jornalismo interpretativo na contracultura, com os homens cultos. O gênero deve ser entendido como um subgênero de um "jornalismo cultural intelectual", e não é à toa que grande parte de suas expressões estejam

⁹ O jornalismo interpretativo se afasta do opinativo, ainda que muitos os confundam. O distanciamento do opinativo se dá pelo esforço do interpretativo pela obtenção do sentido de um fato apenas, a não de sua valoração. Por outro lado, se aproxima do jornalismo investigativo. Beltrão aponta esse semelhança: "Dimensão comparada, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro... Jornalismo investigativo (...) relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência" (BELTRÃO, 1980, p.45)

vinculadas a veículos desse tipo – como é o caso do caderno Mais!, da Folha de São Paulo, (que será analisado no capítulo III) antes parte do caderno Ilustrada. Ele adapta formas científicas, filosóficas e artísticas ao discurso e à *práxis* jornalística.

“A imprensa assimila nova forma de tratamento ou expressão dos fatos da natureza, da sociedade e da condição humana, admitindo novas formas de escritura (filosófica, sociológica, científica...), e desenvolvendo, a partir desses tipos, novos gêneros informativos próprios” (RIBEIRO, 2004, p.112).

O jornalismo interpretativo deve se aproximar da ciência e da filosofia por pretender uma teoria sobre o acontecimento. Bastenier (2001, in: HIDALGO, 2002-2003, p.220) afirma que o jornalismo interpretativo é tanto discurso como narração. Em outras palavras: sendo a teoria discurso e o jornalismo narração, o relatar os fatos, esse gênero procura aliar as duas formas de conhecimento, mas, por procurar a essência do acontecimento, apela para teorias (sociologia e filosofia, em geral), o que acaba reforçando sua tendência ao discurso. Mas, ao contrário da ciência e da filosofia, o jornalismo se pauta pelo factual e singular.

Além disso, algumas características apontadas no início do capítulo sobre o jornalismo (as destacadas em **negrito**) já apontam o que definiremos aqui como jornalismo interpretativo. Por exemplo:

- fornecer informação precisa e completa e buscar informação verídica;
- situar conscientemente os acontecimentos em seu contexto adequado, manifestando suas relações essenciais;
- construir imagem precisa e coerente do mundo;
- ir além do imediato e empírico em busca de uma compreensão mais contextualizada;
- escolha de temas atuais ou contemporâneos, de acordo com o trinômio atualidade, periodicidade e factualidade;
- acesso imediato ao todo plural e diverso que está sendo produzido no espaço social da humanidade e do tempo presente.

Luiz Beltrão, pioneiro no estudo dos gêneros no Brasil, foi o primeiro (e talvez único) a estudar especificamente o jornalismo interpretativo. Em seu livro “Iniciação à filosofia do jornalismo” (1960), ele define várias características da atividade (como atualidade, variedade, periodicidade, popularidade, promoção e interpretação), das quais destaco aqui a interpretação. Para ele, a interpretação no jornalismo é a busca por aspectos não tão facilmente registráveis, sem se afastar, no entanto, dos fatos correntes. Ou seja, a interpretação se baseia na intensividade. Intensividade que, por sinal, é apontada por quase todos os autores que tratam do tema, como Alberto Dines em “O papel do jornal” (1974).

Para Dines, o jornalismo enfrenta um dilema: deve optar pela quantidade e tentar cobrir tudo, extensivamente, ou pela seleção? A resposta para o criador do Departamento de Documentação e Pesquisa do JB não poderia ser diferente – ele decide pela seleção. Dines (1974) explica: “O leitor contemporâneo prefere se aprofundar em alguns temas do que ir por cima de vários”. Cobrir tudo que acontece no mundo é impossível. O que o jornalismo deve buscar é cobrir de maneira mais aprofundada possível o que se propõe, fornecendo “elementos para maior entendimento e compreensão do tema” (BREGUEZ, sd). Basicamente, o conceito é explicado por Beltrão:

“Oferece diferentes ângulos de visão da situação, complementando-as com históricos, depoimentos, dados estatísticos, documentário fotográfico, outras ilustrações, enquadramentos ideológicos, prognósticos” (BELTRÃO, 1980, p.55)

Trata-se de retratar/relatar

“o que sucedeu, o que poderá suceder e até o que não sucedeu; o que se pensou e o que não se pensou; é a impressão fotográfica da vida, com todas as sombras e falsidades da fotografia, quando, pela objetiva, tudo passa em rapidíssimo, vertiginoso movimento” (MAINAR, 1906 in: BELTRÃO, 1992, p.79)

3.3. TÉCNICA

Até agora foram apresentadas características inerentes ao gênero, relativas à sua essência. Agora é o momento de expor os aspectos práticos da atividade, hábitos valorizados no fazer do jornalismo interpretativo. Primeiramente por se tratar de um gênero elaborado e investigativo¹⁰, destaca-se o trabalho em equipe – como funcionava, por exemplo, o DPD do JB.

Nesse sentido, Marra (1967, p.5), ao analisar o trabalho do Departamento, aponta para o caráter de pesquisa do jornalismo interpretativo. Ele define “o jornalismo interpretativo como jornalismo de pesquisa”. São “pequenas biografias” e “pequenos históricos do fato” tecidos por “fios” que “subsidiem o *review* semanal” (MARRA, 1967, p.5). Para isso, ele afirma que, mais do que informar, a reportagem situa o fato na história, nas suas implicações mais íntimas e em seu *background*.

A pesquisa documental é outro aspecto essencial para o levantamento de dados, estatísticas e antecedentes; já para a análise do contexto e previsões sobre as repercussões são consultadas fontes especialistas no assunto. Em geral, esses especialistas são pesquisadores de

¹⁰ Aqui adoto a definição de Guerra (sd) para “investigação”: “construir uma história” a ser relatada sob forma de notícia, estabelecendo uma determinada relação entre pessoas, coisas e textos para comprovar que a “história” é uma experiência do mundo real.

universidades reconhecidos na área. Além da qualidade das fontes, a quantidade (em termos de números e de variedade) de fontes é outro diferencial. Além das entrevistas para as matérias, esses colaboradores também escrevem artigos e colunas nos veículos de jornalismo interpretativo.

O resultado desse jornalismo que tende ao academicismo e ensaísmo¹¹ é um discurso verdadeiro, e não uma verdade. O público que busca esse tipo de matéria é diferenciado, porque precisa ou quer se manter informado e não se contenta com as informações dadas pela televisão, por exemplo, ou pela imprensa convencional.

O trabalho de investigação é acompanhado de perto por um processo rígido de apuração, uma vez que um dado equivocado compromete toda a construção argumentativa que o jornalista vinha realizando junto com as fontes.

Além dos especialistas, é necessário que o jornalista tenha um conhecimento profundo sobre o tema que está tratando, justamente porque esse *background* a) o faz menos ingênuo diante o assunto e diante a parcialidade e interesses das fontes e b) facilita e torna mais inteligentes as relações entre os fatos entrelaçados no texto. Hidalgo (2002-2003) aponta o *background* do jornalista como infra-estrutura e fundamento das reportagens.

O fato de a notícia ser mais elaborada e ser destinada a um público ilustrado exige do jornalista criatividade para fugir das relações óbvias entre os acontecimentos e de argumentos/entrevistas senso-comum. Uma palavra-chave do jornalismo interpretativo é a inovação, o inusitado. Para Guerra (sd), tão importante quanto a criatividade que permite concatenar os fatos é o rigor, uma vez que as possibilidades devem estar assentadas em fatos e dados concretos.

Sobre a construção da reportagem, os autores são consensuais. Para Martinez (1997, in: HIDALGO, 2002-2003, p.215), a matéria jornalística interpretativa é composta por um acontecimento principal, seus antecedentes e circunstâncias, reações e a devida interpretação. O método que Guerra (sd) apresenta para a elaboração de uma reportagem interpretativa é baseado em três etapas principais: 1) pergunta – apresenta o problema para o qual a reportagem deve direcionar a resposta; 2) recorte espaço-temporal – estabelecer hipóteses; reconstituir ação ou o cenário do fato; e 3) seleção e hierarquização das informações obtidas.

Destrichando essas etapas e adicionando qualidades do perfil de um jornalista ideal, Matheson (in: KEEBLE, org., 2006, p. 119-121) apresenta quatro pontos para uma interpretação jornalística de qualidade: 1) abertura, ou seja, o jornalista deve se desfazer de seus pré-

¹¹ Conforme explicado no capítulo anterior quando foi dito que o jornalismo interpretativo é tanto narração como discurso, por buscar explicações nas ciências e filosofia.

julgamentos; 2) audição, para ouvir o entrevistado e suas exposições; 3) proximidade, uma vez que o jornalista deve entender e ter interesse pelo assunto sobre o qual escreve; e 4) autoconhecimento, para que o jornalista saiba quais os seus horizontes e reconheça seu papel participante na sociedade. Guerra (sd) aponta outras competências, como familiaridade, que permite fácil circulação na esfera de cobertura, especialidade, que garante o *background*, e tradutibilidade, para que a informação seja acessível e adequada à audiência.

Dines (1974) lista aspectos fundamentais de uma reportagem interpretativa: dimensão comparada, remissão ao passado, interligação com outros fatos, incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro, inquerir sobre causas e origens dos fatos; explicação para a ocorrência.

Por todas as características apontadas – matéria mais longa, consulta a uma quantidade maior de fontes, elaboração na relação entre os acontecimentos, levantamento de dados, pesquisa documental, entrevistas com especialistas nem sempre muito disponíveis, profundidade, busca de um *insight* argumentativo – os deadlines das matérias são maiores. É por esse motivo que o jornalismo interpretativo gera como produtos suplementos semanais em jornais ou revistas com uma periodicidade menor (quinzenais ou mensais).

De acordo com Crowley, do Post Dispatch,

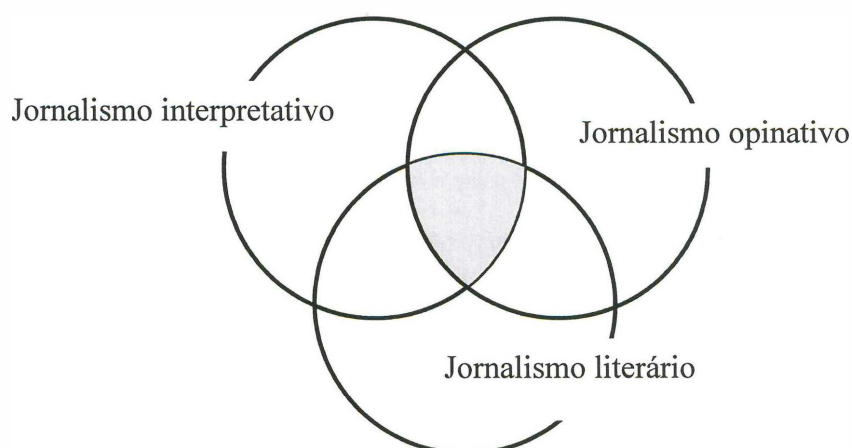
“para chegar à reportagem profunda é necessário interpretar as notícias já apresentadas, a fim de: 1) dar ao leitor antecedentes completos aos fatos que deram origem à notícia. 2) dar o alcance que tiveram os fatos e circunstâncias no momento em que ocorreram e explorar o que poderá resultar deles no futuro. Isto é interpretação. 3) analisar os fatos e situações descritas em (1) e (2)” (CROWLEY, in: BELTRÃO, 1980, p.45).

Mas talvez a melhor e mais simples definição de jornalismo interpretativo tenha sido dada por Dines. “Jornalismo bem acabado” (DINES, 1974, p.85). Desenvolvendo esse conceito, pode-se dizer que o jornalismo interpretativo é uma radicalização sofisticada do que se propõe o jornalismo. Radicalização porque ele cumpre o que o jornalismo se propôs a fazer e não faz, cotidianamente: ser uma forma de conhecimento do mundo pautado na atualidade e que fornece informações precisas, completas, verídicas e que ajudem o leitor a construir uma imagem coerente da realidade. Sofisticada porque ele usa de outras áreas do conhecimento para essa compreensão (ciência, além dos métodos jornalísticos) e, por meio desse e de outros métodos, procura aprofundar seu produto: a reportagem, análise, perfil, ensaio, etc. Mas esses formatos serão discutidos nos dois capítulos seguintes.

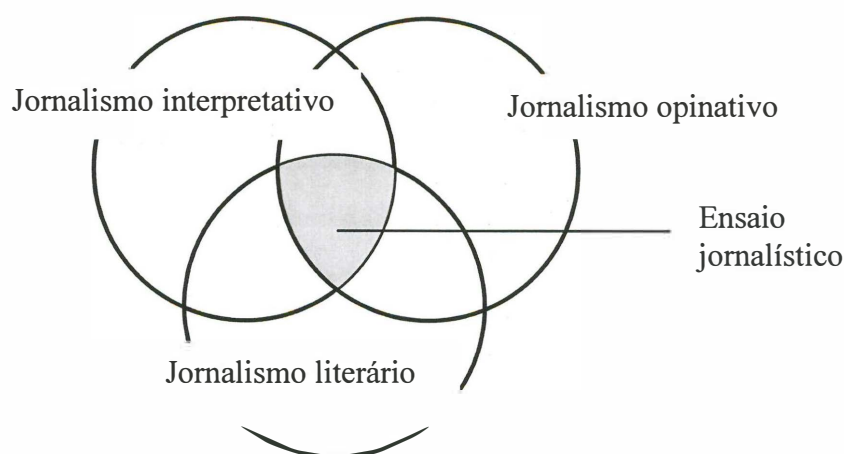
3.4. O DELICADO LIMITE ENTRE INTERPRETAÇÃO, OPINIÃO E LITERATURA

Quando, em vários momentos desde o início desse capítulo, afirmei que o jornalismo e o jornalismo interpretativo não podem ser objetivos (não pode no sentido de que não consegue, e não no sentido normativo), é natural que o leitor possa ter indagado: "então o jornalismo interpretativo, o jornalismo opinativo e o jornalismo literário são o mesmo gênero?". A resposta é não.

Para esclarecer melhor a relação entre os estilos: são três círculos em intersecção, cada um deles é um dos gêneros citados anteriormente. Há alguns formatos de matérias que pertencem a apenas um deles, outros que pertencem a dois, e ainda um que pertence a todos, por não abandonarem suas respectivas características.



Não é possível, portanto, traçar uma linha que divida ambos os estilos, uma vez que eles compartilham um subgênero, mas isso não quer dizer que eles sejam iguais. E o jornalismo interpretativo compartilha um formato interessante com o jornalismo opinativo e o literário, cuja identificação não é tão óbvia como aqueles compartilhados com o jornalismo informativo: o ensaio jornalístico.



Anteriormente, foram citados vários subgêneros. Lembrando, Bertocchi (sd) identifica, a partir do definido por terceiros autores, **análise, perfil, enquête, cronologia como exemplos de jornalismo interpretativo** – e isso não parece causar muito estranhamento, exceto a enquête, que classificaria como opinativo – e editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, crônica e cartas como opinativo. Aqui me proponho a analisar o subgênero *ensaio jornalístico*, por pretender dar a ele (também) a classificação de jornalismo interpretativo. Trata-se de um gênero híbrido.

O levantamento de características do ensaio jornalístico feito por Santos e Oliveira (sd) aponta as seguintes características do formato:

- texto argumentativo/estrutura dissertativa
- expõe as impressões do autor
- fontes para legitimar a argumentação (não é usada simplesmente a opinião do autor)
- compreensão abrangente do fato
- pretende sistematizar conhecimento
- complexidade e profundidade da análise
- fruto da interpretação do redator

Ora, a primeira característica claramente define o ensaio jornalístico como jornalismo opinativo; a segunda, como literário. Já todas as outras são exatamente o que foi defendido nesse capítulo como jornalismo interpretativo.

José Marques de Melo (2003, in: SANTOS E OLIVEIRA, sd, p.248) define o ensaio jornalístico como “apreciação dos fatos com ancoragem informativa, perspectiva histórica e referencial analítico”. O conceito corrobora a definição aqui feita do ensaio jornalístico como subgênero híbrido: a apreciação pode ser tanto feita por meio de um julgamento (jornalismo

opinativo) como uma impressão (jornalismo literário). Por sua vez, o autor fala exatamente sobre a proposta do jornalismo interpretativo quando cita a ancoragem informativa, perspectiva histórica e referencial analítico.

Ao explicar a produção do suplemento Essay, da revista Time, Marra (1967) ressalta o trabalho com “tópicos referentes às notícias porém em maiores detalhes e em menor extensão”. Segundo ele, o caderno, famoso na época por apresentar aos leitores ensaios jornalísticos – como o próprio nome já indica – “toma um problema em discussão atual e deixa-o nu” (MARRA, 1967, p.06). Para isso, ele aponta a consulta a “um número considerável de peritos no assunto emitindo pontos de vista divergentes e julgamentos posteriores” (MARRA, 1967, p.06).

Mas entenderemos melhor em que consiste cada formato quando analisarmos, no capítulo seguinte, em que serão analisados diversos aspectos dos veículos que atualmente fazem jornalismo interpretativo no Brasil.

4. AS EXPERIÊNCIAS ATUAIS EM JORNALISMO INTERPRETATIVO

Para compreender melhor o que é jornalismo interpretativo, quais as características de seus formatos e como é o jornalismo interpretativo realizado no Brasil atualmente, neste capítulo analisaremos os seguintes veículos: Os cadernos Mais!, da Folha de São Paulo, e Aliás, do jornal O Estado de São Paulo, e a revista Rolling Stone. No decorrer da análise de cada veículo descobriremos se o jornalismo praticado por estes veículos é jornalismo interpretativo ou se contém traços desse gênero.

Para a análise, serão considerados os seguintes critérios: **história do veículo; linha editorial, valores do veículo e critérios de noticiabilidade; fontes consultadas; formatos; gêneros e público.** O método utilizado foi a leitura das publicações e, dentro do possível, entrevistas com os respectivos editores.

4.1. Mais!

Entre 1977 e 1989, a Folha de São Paulo editava o Folhetim, caderno dominical que mantinha as características dos primeiros suplementos da década de 50 – como textos longos marcados pelo humor e poucas fotos, discussão de temas sociais e políticos, “resenhas de livros, publicação de contos e poesia, além de ensaios ligados não apenas à literatura, mas à arte e às ciências em geral” (NINA, 2007, p.71). Já quase na década de 90, ele foi substituído pelo Letras, publicado aos sábados, que divulgava “reportagens e resenhas, com um perfil mais voltado para o campo literário” (NINA, 2007, p.71).

O suplemento dominical Mais! foi criado em fevereiro de 1992 para substituir esses dois últimos. Ao contrário do Folhetim, no entanto, o Mais! conta com um projeto gráfico e editorial mais sofisticado. Passou a englobar três outros: o Ciência e o Letras, que então deixaram de circular, e a Ilustrada – caderno cultural publicado diariamente que se difere do Mais! por, entre outros motivos, ter notícias menos densas. Trata-se de um “caderno prioritariamente literário” (NINA, 2007, p.71).

Tendo em vista os interessados em ciências (humanas, principalmente), literatura, filosofia e artes em geral, o suplemento ainda é ligado à academia (como o antigo jornalismo cultural), principalmente aos intelectuais da USP e, em menor quantidade, da Unicamp. No entanto, a grande mudança é que o texto deixou de ser (totalmente) hermético, produzido exclusivamente pela e para a “*intelligentsia*”, apesar de o público ainda ser altamente segmentado. Quer dizer: do ponto de vista da linguagem, o texto do Mais! se tornou um pouco mais aces-

sível; do ponto de vista dos assuntos lá tratados, não – e nem tem a intenção. Ele continua exigindo do leitor conhecimento específico e aprofundado, sem os quais a compreensão dos textos fica prejudicada. Para Nina, é um

“caderno por demais substancial e aprofundado, os leitores sempre deixam a leitura para mais tarde. Isso porque o material apresentado pelo Mais! não é direcionado a leitores em formação, mas sim àqueles que já estão em um nível elevado de compreensão dos debates intelectuais” (NINA, 2007, p.70)

Basta comparar o suplemento com o outro caderno cultural da Folha, a Ilustrada. Um tem um apelo mais jovem, popular, tanto nos critérios de noticiabilidade como na linguagem que usa, cheia de gírias, vê a cultura como produto e o jornalismo cultural como jornalismo de serviço. Já em uma edição do Mais! é possível ler sobre Foucault, uma análise psicanalítica sobre o trânsito de São Paulo, a umbanda sob os mais variados pontos de vista e sobre descobertas científicas.

Nesse veículo, os acadêmicos passaram a dividir seu espaço com outros profissionais, como escritores, repórteres e críticos, tornando o caderno mais diversificado em termos de opiniões e interpretações. A reforma dos suplementos culturais da Folha também abriu espaço para o jornalismo cultural, visto que, antes, o que entrava no veículo era apenas ensaios acadêmicos. “O Mais! é a revolução permanente do jornalismo cultural da Folha. Seu objetivo sempre foi informar o leitor sobre os principais debates desta época, segundo um modelo em que atitude jornalística e reflexão intelectual não se contradizem” (LEITE, in: MACHADO, 12/09/08)

A linha editorial e, conseqüentemente, os critérios de noticiabilidade se baseiam principalmente na contemporaneidade, não necessariamente em fatos quentes. O Mais! traz artigos e reportagens nas áreas das ciências humanas (filosofia, sociologia, psicanálise, história, literatura e outras) e naturais (física, astrologia, biologia, etc.), essas últimas localizadas especificamente na penúltima página. Também conta com informações sobre lançamentos de livros, exposições, teatro e cinema.

Sobre os formatos, Nina explica que

“o suplemento abre espaço para o trabalho de artistas plásticos e fotógrafos, e está antenado com o que se expõe nos museus do mundo. Há espaço para reportagens e entrevistas, embora a predominância seja mesmo os ensaios” (NINA, 2007, p.72)

Nas edições analisadas (FOLHA, 2008), podem-se observar as seguintes características do suplemento:

Coexistem materiais jornalísticos próprios, jornalísticos importados de veículos internacionais e não-jornalísticos (artigos encomendados por intelectuais, ainda que a combinação entre o assunto do texto e a especialidade do intelectual seja curiosa - como um psicanalista escrevendo sobre trânsito em “São Paulo não pode parar” (na edição de 30 de março);

Foram consultadas fontes variadas, sendo que dentre elas predominam os acadêmicos da USP; “As fontes estão no mundo acadêmico, onde buscamos as tendências; em geral são fontes das áreas de filosofia, sociologia e literatura, podem ser tanto para reportagens como convidados a escrever (...). As reportagens podem ser identificadas pela busca de três ou quatro pessoas para buscar ângulos e opiniões diferentes. Buscamos as pessoas mais competentes possíveis e de áreas diferentes para o mesmo assunto” (SCHWARTZ¹², entrevista por telefone à autora, 10/04/08). As matérias sobre umbanda da edição de 30 de março de 2008, por exemplo, são cinco: “O terreiro da contradição” tem um enfoque mais histórico e contextualizador – para isso a matéria se constrói com base na história, em pesquisas do datafolha, levantamentos do censo, consulta a cinco antropólogos, livros e estudos; “Novo preto velho” é uma entrevista ping-pong com uma antropóloga; “Coração de pombagira” é um texto, quase que literário, de um professor de sociologia da USP; “Centro expandido” é uma matéria jornalística nos padrões mais convencionais, em que são ouvidos médiuns; por fim, para completar todo o esforço de destrinchar o tema, há uma cronologia.

Os formatos jornalísticos observados nas edições analisadas são perfil (de Foucault, em “Meu amigo Foucault”, na edição de 30 de março), reportagem (em “Clandestinidade genética”, na edição de 03 de março), entrevista ping-pong (como “Ele tem a força” e “Senhora arquitetura”, ambas da edição de 03 de março), cronologia (sobre a umbanda, na edição de 30 de março), colunas (como as de Marcelo Leite e Marcelo Gleiser), resenhas (presentes em todas as edições do caderno e em mais de uma página) e análises.

Sobre a linha editorial e os critérios de noticiabilidade, o Mais! busca falar sobre artes (predominando artes plásticas), literatura, filosofia, sociologia e cultura (no geral, como é o caso dos materiais sobre umbanda); também há a página de ciência, que dá ênfase para as ciências naturais. “O que será noticiado é estabelecido por uma conversa na redação, as idéias surgem a partir de acontecimentos” (idem).

O público do veículo é diferenciado. Se a Folha de São Paulo já é um jornal que atinge um público segmentado, o Mais! potencializa essa seleção. É um público interessado em cul-

¹² Adriano Schwartz foi editor do caderno Mais! entre 1994 e 2004, autor de “Artes do Conhecimento” e “Conhecimento das Artes”, ambos de entrevistas publicadas pelo suplemento, e atualmente é professor da USP

tura e política, mas que já tem *background* suficiente para entender quem foi Camus, Sartre e Foucault (filósofos e autores trabalhados nas edições analisadas). “O público é composto por leitores interessados em cultura, com boa informação e interesses diversificados” (idem).

Por fim, pode-se dizer que o Mais! traz matérias de jornalismo interpretativo¹³, jornalismo literário (não tão frequentemente), além de materiais não-jornalísticos. “O Mais! não é um caderno de reportagens, mas tem reportagens” (idem). Trata-se, portanto, de um suplemento também jornalístico. Schwartz cita as características do jornalismo adotadas pelo Mais!: compreensibilidade, hierarquia de importância dos assuntos, resenhas, liberdade, flexibilidade e experiência (idem).

4.1.1. O jornalismo interpretativo do Mais!

Como muitos gêneros publicados não são, assumidamente, jornalísticos, vamos analisar apenas uma reportagem identificada como interpretativa no caderno Mais!. Esse trabalho analisa o material publicado sobre a umbanda da edição de 30 de março de 2008.

A escolha da pauta se baseia no critério de atualidade, visto que era o aniversário de 100 anos de umbanda no Brasil. Mas, mais que isso, o critério era contemporaneidade, já que a religião é um tema de debate particular, que transcende o factual.

Para a composição das reportagens, o gancho foi o aniversário da religião, a pesquisa de uma especialista sobre sua inserção social e esclarecimentos sobre os símbolos da religião. Sendo assim, foram publicadas mais de uma reportagem, para que a interpretação ficasse mais completa e profunda possível: uma matéria, a principal, conta a história da umbanda no Brasil; também há uma entrevista com uma antropóloga americana especialista na religião; um artigo de um sociólogo da USP e autor de livros sobre o assunto, explicando o significado da pombagira; uma matéria sobre a situação da religião atualmente no país e em São Paulo; e, por fim, uma cronologia com os fatos mais relevantes para a consolidação da religião no país. Em suma, o caderno explorou diversos formatos e enfoques para que, ao ler a edição, o leitor tivesse acesso à informação verídica, precisa e completa sobre o assunto. O suplemento ofereceu elementos para a compreensão da realidade, como apontado anteriormente como função e característica do jornalismo interpretativo.

¹³ Sobre o jornalismo interpretativo, ainda não tenha designado o Mais! por esse gênero, Schwartz diz que o suplemento expressa a “preocupação em transformar a notícia cotidiana em discussão. Antes era mais quente, atualmente apenas tem esse potencial” e que “as reportagens têm um tempo de realização maior que o convencional, podendo chegar a até um mês. Isso é uma demonstração da preocupação com qualidade do material e diversidade de fontes” (SCHWARTZ, entrevista por telefone à autora, 10/04/08).

Analisando uma a uma, pode-se perceber que uma importante “estratégia” para aprofundar a matéria é a diversidade de assuntos correlatos abordados. As matérias, sob o tema principal “umbanda”, são divididas entre enfoques (já citados anteriormente). E, dentro de cada enfoque, são eleitos assuntos que devem ser tratados. Na primeira matéria, “O terreiro da contradição”, o repórter aborda subtemas como o surgimento da umbanda; a perseguição e discriminação que os seguidores sofriam e sofrem e os casos em que é necessário recorrer à justiça; a consolidação; transformações da religião juntamente com a sociedade brasileira, principalmente durante o governo de Getúlio Vargas; relação com o espiritismo kardecista e o catolicismo; diferenças entre a umbanda, a quimbanda e o candomblé; história de pais de santo e criação das federações; a quantidade de terreiros de umbanda e a interpretação desse número; estatística; o perfil de quem procura a religião; e cidades brasileiras em que a religião é relevante. Para isso, a quantidade de fontes consultadas foi grande: entre elas, o destaque são as documentais (como o Datafolha, o censo, livros sobre o assunto – inclusive foram citados trechos de livros –, e a própria história) e os especialistas (cinco antropólogos foram consultados), como destacado anteriormente como características principais do jornalismo interpretativo.

Além dessa matéria principal, os outros quatro materiais merecem atenção por seus formatos diferentes e ainda outros assuntos abordados. A especialista (a antropóloga Diana Brown), na entrevista ping-pong, defende a umbanda como religião da classe média em detrimento do senso comum que vê como sendo formada de seguidores pobres; esclarece por que ela quis estudar a umbanda; como a religião surgiu; os personagens mais importantes da “mitologia”; a interpretação dela sobre a queda do número de umbandistas; e a sua relação pessoal com a religião.

O material seguinte é o artigo “Coração de Pombagira”, de Reginaldo Prandi, sociólogo da USP que estuda e escreve sobre o assunto e inclusive foi citado por Brown na entrevista anterior. A partir de um relato ficcional e literário sobre uma mulher pombagira assassinada por seu marido e a incorporação dela em uma filha de santo, Prandi explica a figura e a função da pombagira e de exu, duas figuras importantes para a umbanda e para a quimbanda. Além disso, fala sobre a relação da religião com a natureza e o instinto, explicitando o caráter hedonista da visão do mundo da umbanda.

Por fim, na quarta e última página de matérias, o caderno Mais! apresenta “Centro expandido”, uma matéria jornalística que tem como objetivo falar sobre a atual situação da religião no Brasil: desde a busca de terreiros e colégios de umbanda para curas e conselhos, passando pela dificuldade que a religião enfrenta, pela sua descentralização, de conseguir reco-

nhecimento e status, até pontos importantes como as mudanças desde a sua criação, as diferentes linhas de umbanda existentes, divergências dos religiosos e estudiosos com relação ao futuro da religião e seus novos desafios de expansão. Por fim, um breve cronograma dos fatos mais importantes para a consolidação da umbanda tal qual ela é hoje.

Como jornalismo interpretativo, destaca-se no material apresentado pelo caderno Mais!:

- O aprofundamento da matéria e a busca da cobertura do máximo de pontos e temas sobre um determinado assunto, o que culmina em uma matéria precisa, completa e intensiva;
- A consulta a uma grande quantidade de fontes, entre elas especialistas, pesquisadores, escritores e pesquisa documental;
- Pautas que envolvem cultura e/ou interesse humano, realizadas na forma de um “jornalismo intelectual”;
- Tema contemporâneo;
- Contextualização/background;
- Elementos para compreensão da realidade a partir da apresentação de diversos ângulos dessa realidade.

4.2. ROLLING STONE BRASIL

A revista Rolling Stone foi criada em 1967, em pleno movimento de contra-cultura, com o objetivo de dar atenção principalmente à rica cena musical da época. No entanto, logo na primeira edição, o criador da revista, Jann Wenner, escreveu que a Rolling Stone “não é só sobre música, mas sobre as coisas e atitudes que a música envolve”. Isso justifica o interesse dessa fundamentação na revista: as reportagens interpretativas sobre sociedade e política apresentadas em todas as edições¹⁴:

“A idéia era única para seu tempo: Ao invés de matérias esperadas de uma revista, a Rolling Stone cobriria o rock’n’roll pelo que ele era, a mais potente força cultural e política numa época de tumulto social globalizado. A revista se arriscaria, e contaria histórias que nenhuma outra revista ousaria cobrir. Jann reconheceu a formação de uma nova ordem social, com a música como energia precursora” (WEIR, 12/09/08)

¹⁴ Devido à equipe reduzida e ao tempo escasso dos repórteres e editores, em contato telefônico o editor Ricardo Cruz esclareceu que a revista optou por não colaborar em trabalhos acadêmicos. Entrei ainda em contato com Fábio Massari e Pisco Del Gaiso, ambos membros do conselho editorial do veículo, mas eles disseram que quem deveria responder à entrevista era realmente algum editor devido ao trabalho no conselho ser mais “filosófico” e distante do “dia-a-dia da redação”.

É a partir da análise de matérias como as descritas anteriormente que será possível identificar as características do jornalismo interpretativo realizado pela Rolling Stone. O exemplo adotado para essa fundamentação é a matéria “A vida na (des)ocupação” (CAMPOS, 2007). Nela, ao contrário da “estratégia” adotada pelo Mais!, que publica várias matérias diferentes sobre um mesmo assunto, existem algumas retrancas que mudam ligeiramente o tema tratado, sem sair de um fio condutor principal. A linguagem é solta e um tanto quanto informal, como toda a revista.

Para falar sobre a vida na ocupação e a desocupação do edifício Prestes Maia, em São Paulo, o repórter fugiu da reportagem convencional e fez ainda outros enfoques. Para compor a matéria, o jornalista usou estratégias como: referência à obra “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo; história do edifício; números e estatísticas; de onde vêm os moradores; descrição quase que literária da situação e das moradias; a relação dos moradores com a imprensa e o destaque que a desocupação vinha tendo na mídia; foi dado destaque para a localização central do edifício e os impactos disso para a vida cosmopolita; o processo de despejo; a ação da polícia; movimentos contra a ação de despejo; o perfil de uma sem-teto; como funciona a ocupação logo que aconteceu a invasão; a biblioteca mantida por um sem-teto no edifício; dados sobre a dívida; a especulação imobiliária em torno do local; revitalização da região; críticas ao movimento sem-teto; o processo “higienista” de limpeza social; apresentação do currículo do secretário de habitação para apresentá-lo como “peixe grande” do mercado imobiliário; o edifício como centro cultural pela presença constante de artistas e o hiato entre essa vida agitada e a vida comum do restante dos moradores; a visita do prefeito ao prédio; a mudança das famílias e as opções dadas pela prefeitura. Mas o principal da matéria talvez sejam dois pontos: primeiro a vida dos sem-teto no edifício e segundo o debate sobre a vida na metrópole e a especulação imobiliária do local.

No entanto, as fontes fogem do que foi levantado anteriormente como padrão do jornalismo interpretativo: nenhum especialista foi consultado. Para a matéria, colaboraram documentaristas, moradores, a coordenadora do movimento sem-teto do centro, o industrial dono do Prestes Maia, a Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, a própria Prefeitura, uma advogada, um documento feito pelo Ministério das Cidades, um militante, o Prefeito de São Paulo, um Coletivo de Design e Intervenção Urbana (o Coletivo foi ouvido por ser presença constante no subsolo do edifício, onde há a efervescência cultural citada no parágrafo anterior), a secretária nacional de habitação e policiais.

Em suma, pode-se dizer que o jornalismo interpretativo da Rolling Stone é conservador quando se trata da exploração de formatos diferentes, mas livre em termos de linguagem.

Além disso, a linha editorial das matérias interpretativas se pauta em temas humanos, sociais e políticos, não tão culturais como o restante das reportagens.

4.3. ALIÁS

O caderno Aliás, do Estado de São Paulo, foi criado em outubro de 2004 durante uma ampla reforma gráfica e editorial do jornal. Na época, foram criados, baseados em pesquisas e estudos de público e de tendência, também outros cadernos, como Link, Negócios, Metrópole, Vida&, Casa&, TV&Lazer e Guia.

Em termos gerais, o Aliás tem como objetivo a compreensão e análise dos fatos da semana; tanto é que o *slogan* do suplemento é “para entender a semana”. Para o diretor de Marketing e Mercado Leitor do Grupo Estado, Antônio Hércules Jr (in: FRANCO, 2004, o objetivo principal é “trazer aos leitores uma retrospectiva da semana, com os fatos e os personagens mais importantes, antecipando a próxima semana e atendendo a uma necessidade dos leitores, que não dispensam o prazer da leitura nos fins de semana, mas querem ter uma visão do que irá marcar os próximos dias”.

Ora, essa característica é uma das apontadas como sendo do jornalismo interpretativo: um jornalismo mais contextualizado e completo. Mas, antes de afirmar se é realmente de jornalismo interpretativo, analisaremos uma edição do suplemento e a entrevista que a repórter Flávia Tavares prestou a essa fundamentação.

Segundo ela, “o suplemento foi criado com o objetivo de aprofundar as principais questões em destaque na mídia ao longo da semana. Como alguns desses temas acabam carentes de discussões mais abrangentes, justamente por conta da necessidade de publicar rapidamente os acontecimentos, sem dar muita importância ao contexto, o Aliás surgiu para suprir essa carência” (TAVARES, entrevista por e-mail à autora, 10/09/08).

4.3.1. O jornalismo do Aliás

No entanto, apesar do aprofundamento que o suplemento tem como “meta”, o jornalismo realizado pelo Aliás, em sua grande maioria, é o opinativo: a maior parte do material é artigos e entrevistas com especialistas e acadêmicos, sendo poucas as reportagens – quer interpretativas, quer não.

Para explicar o jornalismo do Aliás, analisaremos uma edição do suplemento que se aproxima mais do que convencionamos, aqui, chamar jornalismo interpretativo. Trata-se da edição do dia 7 de setembro de 2008 (O ESTADO DE S PAULO, 2008). Nela, o caderno traz quatro matérias que, em conjunto, apresentam um contexto mais amplo sobre as eleições dos Estados Unidos e explora principalmente o perfil da candidata à vice-presidência, Sarah Palin. A primeira fala sobre a relação de McCain e sua vice, Palin, com as mulheres (desde as propostas contra a saúde reprodutiva do sexo feminino, passando pela negligência de McCain em relação a sua mulher, até chegar nas 125 vezes que McCain, como senador, votou contra as mulheres). Em seguida, o suplemento apresenta uma matéria que destaca o conservadorismo de Palin ao traçar um histórico de sua vida política no Alasca. O terceiro material é uma coluna do New York Times que, em linhas gerais e um tanto quanto irônicas, diz que o Partido Republicano está se perdendo em sexismo ao invés de realmente debater temas e propostas sérias. Por último, o Aliás traz outro artigo, escrito por um jornalista, que tem como foco o “provincianismo e fundamentalismo” da candidata, aproveitando para criticar o conservadorismo e a “podridão” do Partido Republicano.

A conclusão que chegamos, com isso, é que quatro artigos, separadamente, são jornalismo opinativo; juntos, apresentam uma visão mais plural e contextualizada de um determinado assunto, um jornalismo opinativo com tendências interpretativas e plurais. No entanto, não afirmo que se trata de jornalismo interpretativo, puramente. Isso porque o que é defendido como jornalismo interpretativo nessa fundamentação requer reportagens, e reportagens exigem fontes. As matérias publicadas pelo caderno Aliás são de jornalismo opinativo.

5. PROPOSTA: REVISTA *gauche*

5.1. FORMATOS E COMPOSIÇÃO

Essa fundamentação, além de ter como objetivo discutir os gêneros jornalísticos e reafirmar e reciclar a possibilidade de um jornalismo interpretativo, propõe ainda a criação de uma revista que tem como carro-chefe reportagens interpretativas – cada edição conta com duas ou três. O jornalismo interpretativo da revista segue tanto padrões como o da Rolling Stone, com apenas uma matéria corrida, mas aprofundada, como o do Mais!, que utiliza diferentes formatos (como entrevistas, artigos e reportagens) de modo a explorar o assunto a fundo.

Em suas primeiras páginas, a revista traz um editorial pensata, o índice da edição, o expediente e características do projeto gráfico. Entre as páginas restantes constam também artigos de especialistas, preferencialmente acadêmicos e pesquisadores, que seguem a linha editorial proposta a seguir, sendo esses artigos mais extensos que o que comumente se lê na imprensa pelo fato de a revista se propor a levar informação precisa, completa e aprofundada para o leitor; colunas de especialistas; uma entrevista ping-pong que tem como objetivo destripar o assunto em questão; uma matéria de jornalismo literário; uma resenha de um produto cultural como gancho para um debate aprofundado sobre algum tema contemporâneo, especialmente social e político; e um ensaio fotográfico que também segue a linha editorial proposta.

A revista ainda tem espaço dedicado à publicidade, mas essas páginas não serão devidamente exploradas nesse projeto, uma vez que não foram fechados contratos com anunciantes.

5.2. SEÇÕES

5.2.3. Editorial

O editorial é o primeiro conteúdo da revista. Ele trata de maneira crítica e opinativa o assunto da matéria principal da revista, que também é a capa. É uma pensata, uma reflexão sobre aquele assunto, e não tem como objetivo recapitular os temas da revista toda. A opinião contida no editorial não está envolvida com possíveis interesses da revista, mas sim com o interes-

se da sociedade naquele assunto. Sempre o editorial vai ter uma opinião pautada na defesa dos direitos humanos e civis.

5.2.2. Punctum

Essa seção, um ensaio fotográfico com quatro fotos, é a abertura da revista. Ao invés de buscar um tema específico, busca uma abordagem mais geral sobre um tema. Por exemplo, um tema cogitado para essa edição foram as ocupações dos terrenos do Pinheirinho. No entanto, em vez de retratar aquela ocupação especificamente, as fotos buscariam seriam tiradas no local para retratar a questão da terra e moradia. Além disso, uma página é dedicada a um pequeno texto explicativo sobre as fotos.

5.2.3. Laboratório

Essa seção é especificamente o local de publicação de materiais jornalísticos experimentais, como matérias de jornalismo literário ou new journalism. Para essa edição, a repórter Giovana Neiva se inseriu em um posto de saúde para retratar, em primeira pessoa e parcialmente, a realidade das pessoas que passam mais de cinco horas na fila por atendimento médico, e ainda não recebem a devida atenção.

5.2.4. Sophós

Sophós é uma coluna do pesquisador André Macedo Duarte, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A linha da coluna é falar sobre algum aspecto da contemporaneidade ou alguma notícia atual com base em algum filósofo. Para essa edição, as idéias de Foucault são usadas para analisar a homofobia, e para isso André Duarte aponta fatos atuais sobre o tema, sua posição pessoal e os conceitos criados pelo filósofo.

5.2.5. Brasileirismos

Brasileirismos é a coluna do sociólogo Dennison Oliveira. O objetivo é tratar de algum aspecto da cultura e identidade do Brasil, analisando-a em profundidade. Nessa edição, o professor do Departamento de História da UFPR fala sobre a falta de memória dos curitibanos como seu próprio diferencial, ou seja, a falta de identidade como sua identidade.

5.2.6. Gauche

Cada edição da revista traz duas reportagens na seção Gauche. Essas matérias são reportagens do gênero interpretativo do jornalismo. Não é à toa que se encontram no miolo da revista: são o carro-chefe da publicação, as matérias principais. São as reportagens mais aprofundadas da revista e as que demandam mais cuidado com a produção, apuração e redação.

5.2.7. Aspas

Esta é uma seção de entrevista ping-pong. Como todo o material publicado na revista, essa entrevista busca passar o máximo de informações sobre determinado assunto. Em geral, são entrevistas com especialistas e pesquisadores, e não com pessoas envolvidas diretamente no acontecimento. Por exemplo, nessa edição um antropólogo fala sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol. Não seria adequado escolher uma fonte da Funai, algum político, fazendeiro da região ou um índio mesmo. A escolha foi por uma fonte que entenda do assunto e possa se posicionar de maneira crítica. E as perguntas são escolhidas de modo a questionar, inquerir, tanto que muitas perguntas foram baseadas em argumentos usados por ambos os interesses envolvidos.

5.2.8. Cult

Essa e a próxima seção são as duas que trazem um material mais cultural, já que cultura também faz parte da linha editorial da revista. A Cult é uma seção que mescla resenha com reportagem e análise. Pode tratar de artes plásticas, teatro, cinema, literatura, música.

Por exemplo, nessa edição foi publicada uma matéria/resenha sobre o movimento antropofágico. O gancho foi a exposição da Tarsila do Amaral que estava no Museu Oscar Niemeyer, e para tratar da exposição a estratégia foi resenha-la: falando das obras, da vida pessoal e profissional da artista e da relevância cultural dela. Em seguida, uma reportagem analisa com mais profundidade o movimento em que ela se inseria, o movimento antropofágico, e faz um recorte investigando sua relação crítica com o imperialismo.

Para entender melhor esta seção, cito outra obra cogitada para essa edição: o filme “A culpa é do Fidel!” seria resenhado e serviria como gancho para uma análise sobre a situação de Cuba seis meses depois de seu afastamento de suas funções. Para a parte da reportagem, as fontes procuradas são principalmente pesquisadores e acadêmicos.

5.2.9. Avant Garde

Essa é uma coluna fixa, mas sem autor fixo. O objetivo é ser um espaço de discussão da arte, cultura e cidade atuais. Nessa edição, a colaboradora é Vera Pallamin, professora da USP. Ela escreve sobre a acessibilidade da arte na cidade e o papel dos coletivos de arte.

5.3. LINHA EDITORIAL E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

5.3.1. Linha editorial

São três os temas principais que a revista aborda: sociedade, cultura e política – especialmente quando pelo menos dois desses coincidem em uma matéria. A cultura e a política são pautas não quando tratam especificamente da arte ou de acontecimentos políticos, mas sim quando representam um movimento social amplo, os costumes, tradições, manifestações, valores, comportamentos e identidades de uma sociedade, enfim, tudo que é partilhado pelos indivíduos, seja no Brasil ou globalmente.

A revista é politicamente apartidária, mas defende os interesses da sociedade, numa espécie de quarto poder: tem como objetivo fiscalizar e garantir os direitos dos cidadãos de maneira crítica e plural. Essa pluralidade se dá de duas formas: na consulta a fontes variadas e na análise de todos os aspectos de uma realidade. A cobertura se baseia na defesa dos valores e interesses humanos. A cada edição não são trabalhadas muitas pautas em detrimento da profundidade e qualidade da informação. O objetivo principal é promover o debate e ser um espaço de discussão: entre as fontes consultadas, entre os leitores e entre essas duas esferas.

Nem todo o material da revista é jornalismo interpretativo. Mas todos seguem uma linha que valoriza o aprofundamento dos temas tratados e um perfil analítico das matérias. Por edição, são duas as reportagens realmente de jornalismo interpretativo, que são os carros-chefe da revista.

Além disso, é importante ressaltar que a revista tem como objetivo trabalhar temas contemporâneos, não apenas (nem principalmente) os assuntos quentes eleitos pela mídia, e assuntos que digam respeito à vida metropolitana e cosmopolita.

5.3.2. Público

O público da revista é segmentado. São pessoas que percebem a ineficiência informativa da imprensa regular e que sentem a necessidade de se aprofundar nos temas contemporâneos e atuais. Destina-se a pessoas interessadas e “iniciadas” em filosofia, ciências sociais e políticas, antropologia e comunicação, uma vez que a revista mescla conhecimentos dessas áreas com assuntos da contemporaneidade. A previsão é de que sejam pessoas de 25 a 39 anos, com formação superior, das classes A e B, homens e mulheres.

5.3.3. Equipe

A equipe que confeccionou a edição piloto da revista é de quatro jornalistas (dos quais um é também o diagramador) e três colaboradores. O ideal é que a equipe contasse com mais jornalistas para que possa se realizar uma pesquisa e entrevistas ainda mais intensas.

Os colaboradores foram escolhidos por seus currículos e são três em cada edição: dois para as colunas de temas sociais e um para a coluna de cultura.

5.3.4. Rotinas produtivas

A revista é mensal e sai no dia 5 de cada mês. Para isso, no final do mês há uma reunião de pauta para as duas edições seguintes. Os jornalistas e colaboradores trabalham em suas pautas até o final do mês, no dia 25, quando é realizada a edição e diagramação dos materiais e uma nova reunião de pauta.

É importante ressaltar que as reportagens são realizadas com até dois meses de antecedência, uma vez que as matérias requerem uma pesquisa profunda e investigação, o que pode demorar.

5.3.5. Aspectos gráficos

Periodicidade: mensal, uma vez que é necessário.

Papel: couchê fosco 115g (miolo) e couchê fosco 120g (capa). O couchê é um papel resistente, que proporciona melhor acabamento e qualidade de impressão e de cores. É um papel opaco, de fácil leitura porque a luz não interfere muito no brilho da página, não causan-

do reflexo. A gramatura escolhida foi alta porque, além da gráfica não disponibilizar menor, é interessante, considerando o público alvo e o padrão da revista.

Formato: 23cm x 21cm. O formato permite um aproveitamento bom da página A3. No entanto, foi escolhido um formato mais quadrado do que o A4 para se diferenciar das páginas regulares.

Número de páginas: 50.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro dos anos 50**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

ABREU, Alzira Alves. **Os suplementos literários e a imprensa nos anos 50**. In: Abreu, Alzira Alves (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. 2ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERTOCCHI, Daniela. **Gêneros jornalísticos em espaços digitais**. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/bertocchi-daniela-generos-jornalisticos-espacos-digitais.pdf>. Acesso em: 10/05/08. sd.

BORREGO, Javier. **El compromiso crítico de los medios en la sociedad de la información y del conocimiento**. Disponível em: <<http://www.ateiamerica.com/doc/elcompromiso.pdf>>. Acesso em: 09/03/08. sd.

BREGUEZ, Sebastião. **O jornalismo no final do século XX**. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art135.htm>>. Acesso em: 16/03/08. sd.

CAMPOS, Cleiton. **A vida na (des)ocupação**. Rolling Stone Brasil. São Paulo, ed. 09, jun 2007.

CAMPOS, Paulo Celso. **O texto interpretativo**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da030420028.htm>>. Acesso em: 09/03/08. sd.

CAPOZOLI, Ulisses. **Cobertura ordinária e sem rumo**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc051220001.htm>>. Acesso em: 29/02/08. sd.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1993.

COSTA, Lailton. **Jornalismo Brasileiro: caminhos e dúvidas para o estudo dos gêneros jornalísticos nos cinco maiores jornais do País**. In: VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP de Jornalismo. Santos: Intercom: 2007. Disponível em: <<http://www.adtevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R2197-1.pdf>>. Acesso em: 16/03/08.

DEOLINDO, Jaqueline. **O jornalismo de Adelmo Genro Filho e as novas tecnologias: revisando conceitos**. In: VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP de Jornalismo. Santos: Intercom: 2007. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1575-1.pdf>>. Acesso em: 21/04/08.

DINES, A. **O papel do jornal**, uma releitura. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

EDO, Concha. **Información e interpretación en la cobertura periodística de los atentados del 11 de septiembre**: la televisión y la prensa. In: Estudios sobre el Mensaje Periodístico, n.º 8, 2002. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/emp/Numer_08/Art/3-05-1.pdf>. Acesso em: 20/04/08.

FARO, J S. **Revista Realidade**. Porto Alegre: Ulbra, 1999.

FRANCO, Carlos. **‘Estado’ inova com apoio de leitor e anunciante**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11/10/04.

FOLHA DE S. PAULO. **Mais!**. São Paulo: Ed. Folha da Manhã, 03 mar 2008.

FOLHA DE S. PAULO. **Mais!**. São Paulo: Ed. Folha da Manhã, 30 mar 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GOBBI, M.C. **Luiz Beltrão: um homem à frente de seu tempo**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29., 2006, Brasília. Anais... São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/19879/1/Maria+Cristina+Gobbi.pdf>>. Acesso em: 29/02/08.

GOULART, Ana Paula Ribeiro. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

GUERRA, Josenildo. **Notas para uma abordagem interpretativo-normativo da notícia**. Disponível em: <www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/doc/2002/guerra2002.doc>. Acesso em: 09/03/08. sd.

HIDALGO, Antonio López. **El análisis**: ¿un género periodístico?. In: Revista Ámbitos, Sevilla, número especial, 2002-2003. Disponível em: <<http://www.grupo.us.es/grhcco/ambitos09-10/hidalgo.pdf>>. Acesso em: 09/03/08.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril, 1980.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KESKE, Humberto Ivan. **Aventuras da significação**: Bakhtin e Eco à procura do signo deslizante. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17293/1/R0677-1.pdf>>. Acesso em: 29/02/08.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Imprensa carioca nos anos 50**: Os anos dourados. in: ABREU, Alzira Alves (Org.). A imprensa em transição. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOPEZ, Debora Cristina e DITTRICH, Ivo José. **Ironia e refutação como estratégias argumentativas no jornalismo interpretativo**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-ivo-ironia-refutacao.pdf>>. Acesso em: 09/03/08. sd.

MACHADO, Cassiano. A renovação cultural. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/renovacao_cultural.shtml>. Acesso em: 12/09/08.

MARRA, Antonio Beluco. **Departamento de Pesquisa, uma experiência de jornalismo**. In: Cadernos de Jornalismo. Ano II, nº 7. Rio de Janeiro, Edições Jornal do Brasil, 1967.

MATHESON, Donald. **Journalists as interpreters**: Gadamer and elements of a communication ethics in news practice. In: KEEBLE, Richard. Communication Ethics Today. Leicester: Troubador Publishing, 2006.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 20/04/08. sd.

MESSAGI, M. **Forma-jornalismo e produção de sentido no Globo Repórter**. [2006?]. Não publicado.

NAVA, Rosa. **Censura mudou jornalismo brasileiro**. Disponível em: <www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/midiologia/RosaNova.doc>. Acesso em: 17/03/08. sd.

NINA, Claudia. **Literatura nos jornais: a crítica literária dos rodapés às resenhas**. São Paulo: Summus, 2007.

O ESTADO DE S. PAULO. **Aliás**. São Paulo: Ed OESP, 07 set 2008.

OLIVEIRA, Eliane e SANTOS, Daniella. **O desafio do ensaio jornalístico na graduação**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-daniela-oliveira-eliane-desafio-ensaio-jornalistico-graduacao.pdf>>. Acesso em: 10/05/08.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo, Contexto: 2006.

PEREIRA, Aline Andrade. **Jornalistas, contadores da história** - ficcionalidade da notícia e objetividade da crítica. Anais do 26 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/5144/1/NP2PEREIRA_ALINE.pdf>. Acesso em: 14/03/08.

PEREIRA FILHO, Francisco. **“Caros Amigos” – Um outro jornalismo é possível.** Disponível em: <www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/alternativa/f_pereira_filho.doc>. Acesso em: 09/03/08. sd.

PIZA, Daniel. **Jornalismo Cultural.** São Paulo, Contexto: 2003.

RANGEL, Monique Benati. **A Construção da Autoridade Jornalística: Onisciência e Onipresença Fundamentando o Poder Simbólico do Jornalista.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17310/1/R1856-1.pdf>>. Acesso em: 14/03/08.

REBECHI Junior, Arlindo. **Figurações do Repórter Euclides da Cunha,** Correspondente do Jornal O Estado de S. Paulo na Guerra de Canudos. In: Intercom Sudeste 2006 - XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2006. Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/19357/1/Arlindo+Rebechi.pdf>>. Acesso em: 14/03/08.

RIBEIRO, Lavínia Madeira. **Comunicação e Sociedade: Cultura, Informação e Espaço Público.** Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

ROSSI, Clóvis. **O Que é Jornalismo.** Coleção “Primeiros Passos”, Nº 15, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SACLZO, Marília. **Jornalismo de Revista.** São Paulo, Contexto: 2003.

SANTOS, Bruno Aragão. **O real enquanto narração: um diálogo entre o jornalismo literário e a antropologia interpretativa.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16984/1/R1342-1.pdf>>. Acesso em: 29/02/08.

SEM AUTOR. **Criatividade e ousadia para superar os anos de chumbo.** Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/destaques/113anos/1961_1975.html>. Acesso em: 17/03/08.

SHIPRA, Kundra. **Fundamentals of Journalism.** Nova Delhi: Anmol, 2005.

SOUSA, Carlos Alberto. **Jornalismo interpretativo.** In: A crise energética e a cobertura impressa, 1998. 145 p. Monografia (graduação em jornalismo) - Centro universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://www.omacaubeiro.net/cultura/A%20crise%20de%20energia%202001.htm>>. Acesso em: 16/03/08.

TAVARES, Denise e TOLEDO, Cecília. **Afinal, onde mora o lead? – O desafio do ensino do texto de jornal.** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1726-1.pdf>>. Acesso em: 16/03/08.

TAVARES, Elaine. **O novo jornalismo da Realidade**. In: Revista Famecos, Porto Alegre, nº 12, 2000. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/12/elaine.pdf>>. Acesso em: 17/03/08.

TRAVANCAS, Isabel. **Suplementos e leitores**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/travancas-isabel-suplementos-leitores.pdf>>. Acesso em: 20/04/08. sd.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo Magazine: O texto em Revista**. São Paulo: Summus, 1996.

VILLANUEVA, Ernesto. **Deontología informativa: códigos deontológicos de la prensa escrita en el mundo**. México: Universidad Iberoamericana, 2002.

WEIR, David. **Wenner's World**. Disponível em: <<http://www.salon.com/people/bc/1999/04/20/wenner>> . Acesso em: 12/09/08.